



# Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

**PRO CRIANÇA CARDÍACA**  
CNPJ: 10.489.487/0001-71

## SUMÁRIO

---

	<b><u>Páginas</u></b>
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	7
Balanço Patrimonial	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração dos Fluxos de Caixas	14
Notas Explicativas	15 - 25



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**  
CNPJ 10.489.487/0001-71

Senhores Conselheiros,

A Administração do Pro Criança Cardíaca (Entidade) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Entidade, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

*"A boa notícia é que, num mundo doente, há sempre a chance de encontrar boas iniciativas e tirar lições. O mais belo disso tudo é ver que muitos despertaram para a caridade, olharam para si, buscaram significados para a própria existência e encontraram respostas na ajuda ao próximo. Espero (e acredito muito, pois acredito na humanidade) que seja um caminho sem volta, uma semente plantada que nos trará mais solidariedade."*

**Dra. Rosa Célia Pimentel Barbosa**

**1) Perfil da Entidade e Descrição das Operações**

Fundado em 1996 pela cardiologista Dra. Rosa Celia, o Pro Criança Cardíaca atua no terceiro setor, proporcionando a prestação de serviços de saúde de excelência às crianças carentes portadores de cardiopatia não possuem acesso à rede privada de saúde. Embora desde 2019 a Entidade não possua qualquer vínculo com o poder público municipal, estadual ou federal, a maior parte dos pacientes atendidos chegam à Entidade com o encaminhamento da rede pública (SUS).

A Entidade atua hoje com três unidades de negócio: (i) consultas e atendimento ambulatorial, realizado em sua sede; (ii) assistência social prestada às famílias dos pacientes da Entidade; e (iii) realização de exames, cirurgias e outros procedimentos invasivos, realizados no Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista. Todas as atividades da Entidade são custeadas por doações de pessoas físicas e jurídicas que contribuem de forma regular ou esporádica, com recursos financeiros e itens de uso e consumo, tais como: medicamentos, materiais, cestas básicas, leite em pó, brinquedos, itens de higiene pessoal e outros.

Em outubro de 2014, a Entidade inaugurou o Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista. A gestão deste empreendimento pela Entidade encerrou-se em março de 2019, com o início do contrato de arrendamento celebrado com a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A. Como contrapartida pelo arrendamento, a Entidade recebe mensalmente: (i) o pagamento da taxa de arrendamento; e (ii) o direito de executar procedimentos conforme abaixo:

- 2 Cateterismos Diagnósticos;
- 2 Cateterismos Terapêuticos;
- 2 Cirurgias Cardíacas;
- 4 Ultrassons;
- 4 Tomografias; e
- 50 Exames Laboratoriais.

Os procedimentos que porventura ultrapassem os termos acima, são considerados procedimentos adicionais e faturados pela CSV contra a Entidade. Estas crianças são tratadas como pacientes particulares e seus atendimentos são financiados integralmente com os recursos da Entidade, conforme previsão contratual. Para procedimentos não previstos no contrato de arrendamento ocorrem negociações individuais entre a CSV e a Diretoria Médica da Entidade, como por exemplo, cirurgias odontológicas em pacientes especiais.



## 2) Desempenho Operacional

É consenso que 2020 foi um dos anos mais desafiadores para a humanidade na História recente. As incertezas oriundas do surgimento de uma pandemia global ocasionada pelo vírus chamado Coronavírus e as medidas necessárias para reduzir o número de infectados e combater o vírus, impactaram também o terceiro setor que viu crescer a crise econômica e a taxa de desemprego em todo o Brasil, elevando o número de famílias em situação de vulnerabilidade social e aumentando a demanda por organizações sociais que proporcionem o necessário para a manutenção da vida com dignidade. Por outro lado, o terceiro setor também viu a solidariedade crescer. Muito embora a maior parte deste crescimento tenha se destinado à Associações e Institutos engajados na "linha de frente" do combate a pandemia, organizações que atuam – das mais diversas formas – com assistência social, puderam perceber o crescimento em sua receita de doações e de serviços voluntários obtidos.

Não foi diferente com o Pro Criança. Considerando os efeitos do contrato de arrendamento e do fim da gestão do Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista, optamos por adotar como principal indicador a receita total de doações onde observamos o saldo repetir o mesmo patamar do ano anterior, revelando-se 3% superior. Da mesma forma, o resultado superavitário – embora 70% menor do que o de 2019, em decorrência da extinção das receitas de serviços de saúde antes auferidas com a gestão do Hospital – obtido no contexto de pandemia, assegura a eficiência da Entidade em seu primeiro exercício operando apenas as unidades de negócio da sede.

Nossos serviços assistenciais, foram impactados pela pandemia. A redução de 35% no número total de atendimentos em relação a 2019, se deve a fatores intrinsecamente atrelados ao momento pandêmico, tais como: (i) ausência de pacientes em consultas, devido aos períodos de baixa oferta de transporte público e receio das famílias no deslocamento; (ii) cancelamento de atendimentos devido aos período de licença médica da equipe assistencial; e (iii) suspensão de procedimentos hospitalares devido a infecção de pacientes encaminhados à cirurgia e orientação governamental para suspensão de todos os procedimentos não emergenciais. Apresentamos este ano, novo critério de reconhecimento do saldo de atendimentos, observando a prática efetiva do mercado de saúde que reconhece como atendimentos distintos, a consulta e os exames.



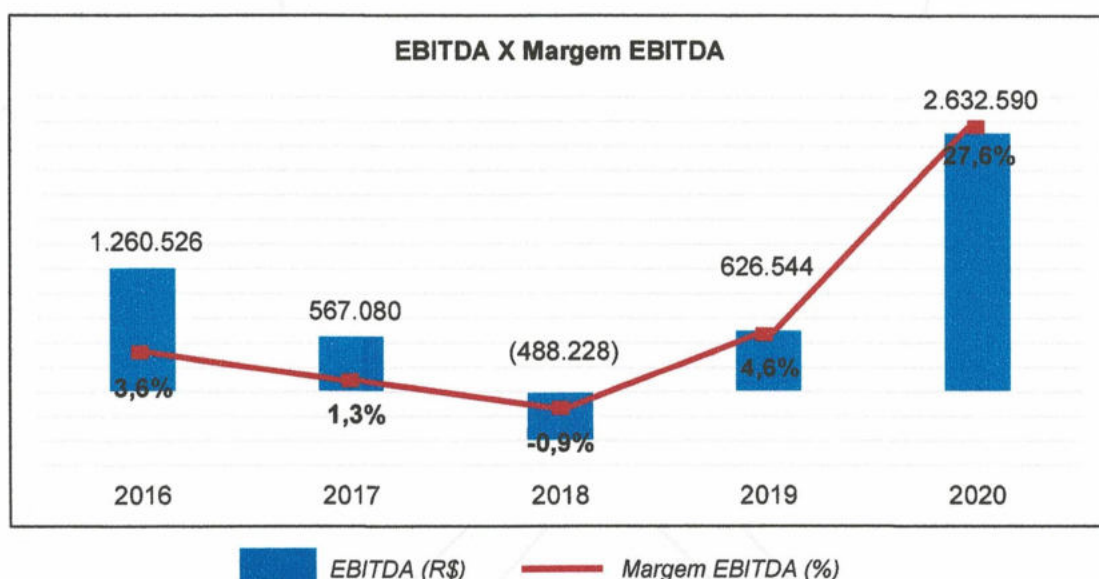
Ressaltamos ainda, as medidas orientadas pelo Conselho Diretor da Entidade e adotadas pela equipe para enfrentar a COVID-19: (i) manutenção das atividades ambulatoriais (cardiológicas); (ii) distribuição de máscaras descartáveis e álcool em gel; (iii) compra de aparelho de Ecocardiograma, mais moderno; (iv) investimento em renovação tecnológica; (v) manutenção no quadro de colaboradores com pagamento integral dos salários e benefícios; (vi) opção pelo não afastamento pelo INSS de qualquer colaborador durante o período da pandemia; (vii) manutenção de contratos de fornecedores; e (viii) aplicação de 589 horas de capacitação da equipe.



### 3) Resultados Financeiros 2020

A receita total em 2020 foi de R\$ 13,1 milhões, uma redução de 70% em relação aos R\$ 48,7 milhões de 2019. O déficit bruto em 2020 foi de R\$ 8,1 milhões, uma redução de 38% em relação aos R\$ 12,8 milhões de 2019.

Tais variações se deram em decorrência do encerramento da gestão do Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista por parte da Entidade. Ainda que este fato tenha ocorrido em março de 2019, todo o ano de 2019 ainda foi marcado por pagamentos e recebimentos referentes a resíduos da operação. O ano de 2020, é o primeiro a ser apresentado sem efeito da prestação de serviços hospitalares, agora sob gestão da CSV. Até então, as últimas demonstrações financeiras apresentadas, sem nenhum efeito da operação hospitalar, foram encerradas em 31 de dezembro de 2013. Naquela ocasião, a receita total da Entidade foi de R\$ 3,1 milhões – e o resultado apurado no exercício foi um déficit de R\$ 0,8 milhões.



O EBITDA foi de R\$ 2,6 milhões em 2020, apresentando uma recuperação muito acentuada de 307% em comparação com os R\$ 0,6 milhões gerados em 2019 e acompanhado de uma recuperação de 22 pontos percentuais na margem EBITDA que passou de 4,6% em 2019 para 27,5% em 2020. Este movimento pode ser suportado pelo investimento dos recursos oriundos da venda do estoque e dos equipamentos do Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista, bem como pela redução substancial da despesa com a folha de pagamento da Entidade que passou a contar apenas com os colaboradores da sede (equipe assistencial e administrativa).

Estes resultados, interpretados em conjunto, demonstram que a Entidade está se mantendo eficiente e produtiva.

O ano de 2020 trouxe também a obtenção do selo Melhores ONGs, já alcançado em 2019 e repetido este ano, colocando a Entidade entre as 100 melhores ONGs do Brasil e entre as oito do Estado do Rio de Janeiro. O prêmio, que existe desde 2017, é uma parceria do Instituto Doar, com a agência de projetos socioambientais “O Mundo Que Queremos” e a “AMBEV”. O mesmo Instituto, laureou o Pro Criança em 2020, com o “Selo DOAR A+” de Gestão e Transparência. O selo baseia-se nos principais modelos de certificação internacionais para organizações da sociedade civil em relação aos códigos de condutas que adotam e julgam como padrões a excelência da estratégia, governança, comunicação, financiamento, prestação de contas e outros quesitos.

Estimulada a melhorar continuamente, a Entidade decidiu implantar um setor de controladoria, responsável pela execução das rotinas administrativas, contábeis e financeiras, com o objetivo de: (i) extrair, revisar e analisar dados sobre o seu desempenho econômico-financeiro; (ii) aprimorar o orçamento institucional; (iii) ampliar o planejamento estratégico; e (iv) apoiar a tomada de decisão da diretoria executiva e conselho diretor da Entidade.



Além disso, em um processo de renovação institucional, a Entidade passou a adotar, em 2020, um modelo de governança humanizada. Tendo as pessoas como o centro da tomada de decisões, a instituição espera impactar a vida de todos os envolvidos no projeto, desde a família das crianças atendidas até os fornecedores, baseando-se em três pilares: sustentabilidade, governança e impacto social. De forma a fortalecer ainda mais as diretrizes de uma boa governança nos filiamos ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A Entidade decidiu, ainda, reestruturar sua estrutura de governança, procedendo alterações estatutárias que tornarão seu modelo de governança mais moderno e rígido, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. Estas alterações se tornarão efetivas a partir de 2021.

Ainda em 2020, obtivemos a pontuação “+88” na *Conscious Business Assessment* – pesquisa realizada pela startup “Humanizadas” – que traz o ranking das empresas mais humanizadas do Brasil; fomos condecorados com o prêmio “Top Performace de Gestão Consciente”; nos tornamos parceiros do movimento “Capitalismo Consciente”; e tornamos públicas em nosso site, todas as políticas internas adotadas pela Entidade.

#### 4) Principais Indicadores de Liquidez e Endividamento

Os indicadores apresentados abaixo mostram a sólida situação financeira da Entidade:

	Liquidez			Endividamento	
	2020	2019		2020	2019
Corrente	34,84	8,21	Geral	10,0%	17,6%
Geral	10,10	5,73	Endividamento	28,7%	69,2%

#### 5) Perspectivas para 2021

O Pro Criança Cardíaca confia plenamente que a vacinação em massa da população trará os efeitos esperados para superarmos a pandemia. Seguimos acreditando também que a pandemia resgatou o significado do terceiro setor, como segmento nobre e necessário sem o qual as doações e serviços básicos simplesmente não chegariam à população carente. Da mesma forma, seguimos convencidos que uma sociedade civil forte, é capaz de fazer avançar temas que nem sempre ganham espaço na agenda pública.

Por outro lado, não deixamos de considerar que os principais indicadores econômicos do país, apontam para um cenário ainda muito difícil para a economia brasileira em 2021. O que nos faz acreditar no aumento do público atendido pela Entidade e na redução da capacidade financeira de grandes doadores em continuar arcando com doações vultuosas. Desta forma, em nosso planejamento estratégico, estimamos um crescimento conservador – cerca de 8% – em nossa receita de doações e total de atendimentos, estipuladas dentro de um contexto que visa a sustentabilidade da Entidade a longo prazo.

#### Metas para 2021

	Cardiológicos	Hospitalares	Nutricionais	Odontológicos	Psicológicos	Total
Atendimentos	2.700	60	50	200	40	3.050
	Boletos	Ações	Depósitos	Online	Outros	Total
Doações	430.000,00	250.000,00	1.300.000,00	20.000,00	-	2.000.000,00

As doações realizadas via boleto, não representam necessariamente um fluxo contínuo, considerando que também podem ser realizadas doações únicas através da emissão de boleto. Entendemos por “Ações” iniciativas tais como “festas solidárias”, “eventos” e “campanhas específicas” realizadas pela Entidade. As doações reconhecidas como “Online” têm origem em sites como “PagSeguro”, “PayPal” e outros.

Em 2021, celebraremos os 25 anos de fundação do Pro Criança Cardíaca. A data movimentará o calendário de atividades da Entidade que assumiu o compromisso de implementar iniciativas que insiram de vez o Pro Criança no rol de Entidades comprometidas com os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), tais como:

- (i) o aumento da taxa de resíduos reciclados;
- (ii) a adoção de embalagens biodegradáveis nos produtos com a marca Pro Criança;
- (iii) a ampliação na assistência social, além dos atendimentos médicos;
- (iv) a renovação da estrutura de governança;
- (v) a implantação dos comitês de sustentabilidade, cultura e pessoas e investimentos, no âmbito do seu Conselho Consultivo;
- (vi) a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- (vii) a estreia da venda de produtos sustentáveis da marca Pro Criança pelo e-commerce;
- (viii) a assinatura do Pacto Global de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; e
- (ix) a adesão aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

\*\*\*



**Rosa Célia Pimentel Barbosa**  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68



**Paulo César do Rego Monteiro**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72



**Mitzzy Cremona Conde**  
Diretora-Executiva  
CPF: 025.254.397-16



**Gabriel Buzzi**  
Controller  
CRA-RJ: 07-00425



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Administradores do  
**PRO CRIANÇA CARDÍACA**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do PRO CRIANÇA CARDÍACA (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PRO CRIANÇA CARDÍACA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

### **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

**Crowe Macro Rio Auditores e Consultores Ltda.**  
CRC RJ-008445/O



**Fábio Debiaze Pino**  
Contador - CRC1SP251154/O-9



**Ana Lúcia Leal**  
Contador – CRC RJ 079.699/O-4

**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EM REAIS


PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	REF	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>24.863.760</b>	<b>23.701.898</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.861.570	5.057.619
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	04	18.771.460	18.324.651
SERVIÇOS DE SAÚDE A RECEBER		-	50.308
OUTROS CRÉDITOS		230.730	269.320
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>65.274.000</b>	<b>63.342.438</b>
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		238.677	233.374
INVESTIMENTOS	05	62.989.551	61.359.535
IMOBILIZADO	06	2.864.012	2.483.252
DEPRECIACÃO ACUMULADA	06	(818.240)	(733.723)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>90.137.760</b>	<b>87.044.336</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>713.598</b>	<b>2.887.779</b>
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		212.748	1.522.150
FORNECEDORES		449.404	1.211.580
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER		51.446	112.559
ANTECIPAÇÕES DE RECEITAS		-	41.490
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.771.368</b>	<b>1.286.664</b>
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	07	1.768.259	1.276.711
OBRIGAÇÕES FISCAIS (PARCELAMENTO)		3.109	9.953
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>87.652.794</b>	<b>82.869.893</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL		82.869.893	62.451.183
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	4.838.258
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		4.782.901	15.580.452
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>90.137.760</b>	<b>87.044.336</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

  
Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

  
Ana Cristina de Jesus  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-0





**PRO criança  
CARDÍACA**



## PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	REF	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITA BRUTA</b>		-	<b>16.397.037</b>
<b>SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS</b>		-	<b>16.397.037</b>
PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS		-	16.289.301
PARTICULARES		-	107.736
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		-	<b>(2.709.216)</b>
(-) GLOSAS HOSPITALARES		-	(1.791.257)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		-	(192.901)
(-) IMPOSTOS S/ RECEITAS		-	(725.058)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		-	<b>13.687.821</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES</b>	08	<b>(7.955.227)</b>	<b>(26.495.653)</b>
PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS E PARTICULARES		(253.701)	(14.178.182)
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS		(7.701.526)	(12.317.471)
<b>(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO</b>		<b>(7.955.227)</b>	<b>(12.807.832)</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(294.288)</b>	<b>(6.389.902)</b>
(-) PESSOAL ADMINISTRATIVO		(155.407)	(1.548.777)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(2.276)	(512.331)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(52.088)	(4.056.332)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(84.517)	(272.462)
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>10.882.105</b>	<b>19.824.278</b>
<b>DOAÇÕES E SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS</b>		<b>5.223.688</b>	<b>8.399.017</b>
DOAÇÕES		1.954.265	1.894.201
PARCERIAS COM EMPRESAS PRIVADAS		2.476.612	5.769.594
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS	09	792.811	735.222
<b>ISENÇÕES USUFRUÍDAS</b>	10	-	<b>2.252.145</b>
<b>LOCAÇÃO DE IMÓVEL</b>	12	<b>4.363.684</b>	<b>7.467.879</b>
<b>RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS INCOBRÁVEIS</b>		<b>55.887</b>	<b>616.969</b>
<b>REVERSÃO PECLD</b>		-	<b>724.184</b>
<b>REVERSÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIAS</b>		<b>1.217.366</b>	-
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>		<b>21.480</b>	<b>364.084</b>
<b>(=) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>2.632.590</b>	<b>626.544</b>

<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>520.295</b>	<b>971.885</b>
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		569.405	1.036.394
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS		(11.255)	(41.698)
(-) DEMAIS DESPESAS FINANCEIRAS		(37.855)	(22.811)
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		<b>1.630.016</b>	<b>13.982.023</b>
(+/-) RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE ATIVOS		-	898.376
(+/-) RESULTADO NO AJUSTE A VALOR JUSTO	13	1.630.016	13.083.647
<b>(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>4.782.901</b>	<b>15.580.452</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Rosa Célia Pimentel Barbosa**  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68



**Paulo César do Rego Monteiro**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.672.257-72



**Ana Cristina de Jesus**  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-0



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**EM REAIS**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.782.901</b>	<b>15.580.452</b>
AJUSTE AO VALOR JUSTO DA PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	-	4.838.258
<b>(=) RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>4.782.901</b>	<b>20.418.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68



Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.672.257-72



Ana Cristina de Jesus  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-0



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVAL. PATRIMONIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>62.583.766</b>	-	<b>(132.583)</b>	<b>62.451.183</b>
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	(132.583)	-	132.583	-
AJUSTE AO VALOR JUSTO DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	-	4.838.258	-	4.838.258
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-	-	15.580.452	15.580.452
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>62.451.183</b>	<b>4.838.258</b>	<b>15.580.452</b>	<b>82.869.893</b>
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	20.418.710	(4.838.258)	(15.580.452)	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-	-	4.782.901	4.782.901
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>82.869.893</b>	-	<b>4.782.901</b>	<b>87.652.794</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Rosa Célia Pimentel Barbosa*

Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-88

*Paulo César do Rego Monteiro*

Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

*Ana Cristina de Jesus*

Ana Cristina de Jesus  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-0

Rua Dona Mariana, 40 - Botafogo | Rio de Janeiro, RJ  
Cep: 22280-020 | Tel.: (21) 3239.4500 | www.procrianca.org.br



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.782.901</b>	<b>15.580.452</b>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES	84.517	335.718
RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	(898.376)
RESULTADO NO AJUSTE A VALOR JUSTO	(1.630.016)	(13.083.647)
PECLD	-	(724.184)
<b>(=) SUPERÁVIT AJUSTADO</b>	<b>3.237.402</b>	<b>1.209.963</b>
<b>VARIAÇÕES OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO</b>		
SERVIÇOS SAÚDE A RECEBER	50.308	10.413.190
OUTROS CRÉDITOS	38.590	238.858
ESTOQUES	-	1.735.108
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	(5.303)	(158.823)
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	(1.309.402)	(4.189.997)
FORNECEDORES	(762.176)	(2.404.257)
ANTECIPAÇÕES DE RECEITAS	(41.490)	21.341
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	491.548	1.276.711
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	(67.957)	(808.530)
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.631.520</b>	<b>7.333.564</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(446.809)	(18.324.651)
AQUISIÇÃO/COMPRA DE INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	(380.760)	(284.151)
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	-	9.921.761
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO (CONSUMIDO) EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(827.569)</b>	<b>(8.687.041)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	(268.549)
<b>(=) FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>(268.549)</b>
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>803.951</b>	<b>(1.622.026)</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.057.619	6.679.645
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5.861.570	5.057.619
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>803.951</b>	<b>(1.622.026)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Rosa Célia Pimentel Barbosa*  
Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

*Paulo César do Rego Monteiro*  
Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

*Ana Cristina de Jesus*  
Ana Cristina de Jesus  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-8

## PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

#### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Pro Criança Cardíaca (Entidade) é uma Entidade sem finalidade de lucro, constituída como associação, de direito privado, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços exclusivamente na área da saúde. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

- Promover o atendimento e tratamento médico, cirúrgico, odontológico, psicológico, nutricional e assistencial gratuito de crianças e adolescentes carentes portadores de cardiopatia;
- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando à proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social; e
- Apoiar a família das crianças a serem atendidas pela Entidade, inclusive com acompanhamento psicológico, se necessário.

##### 1.1) Continuidade dos Serviços Hospitalares

Em 21 de dezembro de 2018, a Entidade celebrou o contrato de locação do imóvel onde se instala a unidade de negócio Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista (Hospital); tendo como parte relacionada na transação a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

Além da locação do imóvel, a Entidade firmou a cessão de ônus, decorrentes à exploração da atividade econômica do Hospital, para a CSV. A fim de viabilizar a operacionalidade do negócio, a Entidade alienou para a CSV todo o estoque e imobilizado do Hospital.

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com início em 01 de março de 2019 e término em 28 de fevereiro de 2034.

Considerando os valores pactuados neste instrumento, a Entidade mantém a sua capacidade de atividades de serviços de saúde, em sua unidade ambulatorial, integralmente gratuitos para os seus beneficiários. Ademais, para os beneficiários que necessitam de cirurgias cardíacas, a pactuação permite também a realização de procedimentos cirúrgicos e exames relacionados, no Hospital, em parte financiados pela CSV.

O contrato de locação do imóvel e de cessão de ônus para exploração econômica do Hospital garante a sustentabilidade econômica de longo prazo da Entidade.

#### NOTA 02 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1) Base de Preparação

##### Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:



- Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;
- Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Resolução CFC n.º 1.409/12 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.

## 2.2) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

## 2.3) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua.

## 2.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## NOTA 03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social.

### 3.1) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

### 3.2) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

### 3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição.

Saldo bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos.

Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da Entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

#### a) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

### 3.4) Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

### 3.5) Propriedades para Investimentos

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

### 3.6) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.7) Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de divulgação, a Entidade aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.



### 3.8) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.9) Apuração do Resultado do Período

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

### 3.10) Doações

As doações recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

### 3.11) Serviços Voluntários Obtidos

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

### 3.12) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de Entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

### 3.13) Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio dos atendimentos médicos, é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

## NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2019, a Administração remanejou seus excedentes de caixa para um fundo de carteira de investimento, diversificando suas aplicações financeiras.

Do início da carteira até a data base desta apresentação, R\$ 18 milhões foram investidos na carteira; gerando um ganho líquido de R\$ 449.178.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Renda Fixa	14.006.858	13.505.200
Multimercado	3.647.480	3.745.577
Carteira Oportunistica	803.344	769.213
Long Short	316.295	306.509
Outros	(2.517)	(1.848)
<b>Total</b>	<b>18.771.460</b>	<b>18.324.651</b>

## NOTA 05 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento são compostas pelos imóveis destinados a geração de renda de aluguéis. A Administração observa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo:

A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo. Este normalmente é o preço de compra corrente.

Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de transação recente para ativo idêntico fornece evidência de valor justo, enquanto não houver mudanças significativas nas circunstâncias econômicas ou significativo decurso de tempo desde a ocorrência da transação. Se a Entidade pode demonstrar que o preço da última transação não é uma boa estimativa do valor justo (por exemplo, porque reflete o valor que a Entidade pode receber ou pagar em transação forçada, liquidação involuntária ou venda por dificuldade), esse preço é ajustado.

Se o mercado para o ativo não está ativo e as transações recentes envolvendo ativo idêntico por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a Entidade estima o valor justo utilizando uma técnica de avaliação. O objetivo de usar uma técnica de avaliação é estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação em uma troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócios.

Todos os ativos reconhecidos como propriedades para investimentos nestas demonstrações, estão estimados pelo valor justo utilizando técnica de avaliação suportada por laudo interno.

Descrição	31/12/2019	(+/-) Ajuste a Valor Justo - PL	(+/-) Ajuste a Valor Justo - Resultado	31/12/2020
Imóveis - Próprios	767.408	-	21.133	788.541
Imóvel - Hospital	60.587.366	-	1.608.883	62.196.249
Outros	4.761	-	-	4.761
<b>Total</b>	<b>61.359.535</b>	<b>-</b>	<b>1.630.016</b>	<b>62.989.551</b>

## NOTA 06 – IMOBILIZADO

Em 2020, ocorreram a seguintes movimentações nos ativos imobilizados.

Bens em Operação - Custo	31/12/2019	(+) Aquisições	(-) Baixa da Depreciação Acumulada	31/12/2020
Terrenos	1.379.261	-	-	1.379.261
Imóveis	684.683	85.519	(540.138)	230.064
Instalações	23.000	-	(9.775)	13.225
Máquinas e Equipamentos	12.594	-	(2.171)	10.423
Equipamentos de Informática	115.382	17.796	(109.142)	24.036
Móveis e Utensílios	103.496	7.445	(92.317)	18.624
Softwares	15.030	-	(13.466)	1.564
Equipamentos Médicos	149.806	270.000	(51.231)	368.575
<b>Total</b>	<b>2.483.252</b>	<b>380.760</b>	<b>(818.240)</b>	<b>2.045.772</b>



A seguir, destacamos o montante de depreciação, reconhecida em 2020, para cada classe de imobilizado:

<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>Taxa Anual %</b>	<b>Depreciação 2020</b>
Imóveis	4	29.494
Instalações	10	2.300
Máquinas e Equipamentos	10	1.259
Equipamentos de Informática	20	25.618
Móveis e Utensílios	10	2.005
Softwares	20	1.844
Equipamentos Médicos	6,67	21.997
<b>Total</b>		<b>84.517</b>

### 6.1) Revisão da Vida Útil

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção física;
- Desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; e
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

### 6.2) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo imobilizado possa estar desvalorizado, não verificando tal indicação.

### NOTA 07 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A política contábil adotada está apresentada na nota explicativa nº 3.8.

Em 2020, a Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação de risco tem objetivo classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são integralmente reconhecidas no passivo. O montante compõe-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Causas Previdenciárias	545.126	-
Causas Trabalhistas	1.223.133	45.849
Causas Cíveis	-	1.230.862
<b>Total</b>	<b>1.768.259</b>	<b>1.276.711</b>



A Entidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, julga que o montante reconhecido é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

A adição de causas previdenciárias, se deve ao processo de recurso do CEBAS, conforme note explicativa 10.

O aumento do saldo apresentado nas causas trabalhistas se deve a readequação de orientação jurídica, a respeito da provisão de reajuste salarial (dissídio coletivo) do pessoal administrativo do Hospital, à época da sua gestão pela Entidade. As causas cíveis variaram conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Movimento</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Anterior	1.230.862	-	-
Reversão	-	(1.200.862)	-
Pagamento	-	(30.000)	-
Saldo Atual	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.230.862</b>	<b>(1.230.862)</b>	<b>-</b>

Adicionalmente informamos que a Entidade possui o montante de R\$ 2.190.903 correspondente a ações com chances possíveis de perda.

## NOTA 08 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

### 8.1) Gratuidades Concedidas

A mensuração das ações de gratuidades no âmbito da saúde é reconhecida pelo valor do custo praticado.

Os custos de prestações de serviços consistem principalmente em mão-de-obra e outros custos com o pessoal diretamente envolvido na prestação dos serviços, incluindo o pessoal de supervisão, o material utilizado e os custos indiretos atribuíveis, aplicáveis até 28 fevereiro de 2019, quando cessou a gestão da Entidade no Hospital.

A presença de custos diretos fica configurada toda vez que é possível identificar determinado custo diretamente em cada unidade de serviço ou procedimento hospitalar e ambulatorial.

São exemplos de custos diretos na operação da Entidade:

- Consumo de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração de refeições dos pacientes;
- Materiais utilizados em exames e no serviço de apoio à diagnose e terapia;
- Valor de honorários médicos vinculados aos atendimentos e procedimentos realizados; e
- Outros valores aplicados em atividades destinadas a assistência social de pacientes.

### 8.2) Custos da Entidade

Os custos da Entidade se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

O serviço prestado pela Entidade em sua sede na Rua Dona Mariana, 40, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro - RJ, é integralmente gratuito, para um público específico diretamente atrelado a sua atividade fim. Por isso, todo esforço (consumo de ativos – gastos) empreendido nesta atividade, é considerado como custo: sejam eles diretos ou indiretos.



## NOTA 09 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Voluntários - Pessoa Jurídica	226.991	512.002
Voluntários - Dirigentes Estatutários	565.820	223.220
<b>Total</b>	<b>792.811</b>	<b>735.222</b>

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

## NOTA 10 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em 27 de dezembro de 2019, o Ministério da Saúde - MS indeferiu o pedido de renovação do CEBAS para o período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022.

No entanto, considerando as conclusões apresentadas no PARECER TÉCNICO Nº 774/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, a Entidade protocolou tempestivamente o recurso administrativo solicitando a reconsideração por parte da análise técnica do MS. Até o momento desta apresentação, não houve decisão sobre o recurso administrativo interposto.

Considerando que o requerimento de renovação da certificação foi protocolado no prazo previsto no §1º do art. 24 da Lei nº 12.101, de 2009, os efeitos do indeferimento passaram a contar a partir da data de publicação da decisão no Diário Oficial da União, segundo determina o art. 6º, inciso II, do Decreto 8.242/2014.

Conforme avaliação dos advogados da Entidade, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS (na medida em que a discussão está diretamente relacionada com o juízo de valor acerca dos documentos apresentados nos autos do processo) quanto em eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificada como possível.

Segundo o mesmo, *“o processo administrativo de renovação do CEBAS não representa, por si só, uma contingência para o Pro Criança. No entanto, como a legislação ‘exige’ que a entidade seja portadora do CEBAS para reconhecimento da imunidade das contribuições sociais, há um risco em potencial de que venham a ser exigidas determinadas contribuições sociais relativas ao período em que a entidade não detém o CEBAS válido.”*

Com isso, no pior cenário, *“as autoridades poderiam exigir (i) contribuições previdenciárias (patronal e SAT), (ii) contribuições destinadas a outras entidades (FNDE, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE), (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas que não decorrerem de atividades próprias e (iv) Contribuição para Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários (na eventualidade de o Pro Criança não o recolher).”*

Porém, mesmo que haja essa exigência, *“uma autuação não significa que o Pro Criança terá que imediatamente recolher as contribuições sociais que eventualmente venham a ser exigidas pelo Fisco; ou caso venha a ser lavrado algum auto de infração, o Pro Criança poderá impugná-lo, o que já garantirá a suspensão de todo o crédito tributário eventualmente exigido (sem a necessidade de apresentar qualquer garantia) durante a fase administrativa do processo e, se o desfecho for desfavorável, será possível questionar a cobrança na via judicial.”*

Atendendo ao princípio do conservadorismo, a Administração da Entidade decidiu reconhecer contabilmente a contingência a partir de 2020, realizando a respectiva provisão, mesmo tendo obtido a classificação de probabilidade de perda “possível” dos seus advogados não havendo, portanto, a obrigatoriedade no reconhecimento da mesma, nos termos do CPC 25.



### 10.1) Contribuições para o financiamento da seguridade social

Até o exercício de 2019, a COFINS foi calculada pela alíquota de 3% sobre a receita bruta de serviços de saúde prestados pela Entidade e registrado como dedução dos serviços em contrapartida da receita de isenção.

A partir de 2020, considerando o contrato de arrendamento e o encerramento da prestação de serviços médicos no Hospital por parte da Entidade, deixou-se de reconhecer o valor da isenção.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição Previdenciária Isenta	-	1.818.564
COFINS Isenta	-	433.581
<b>Total</b>	-	<b>2.252.145</b>

### NOTA 11 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

#### 11.1) Característica da imunidade

O Pro Criança Cardíaca é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional e, por isso, imune no qual usufrui das seguintes características:

- A Entidade é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); e
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

#### 11.2) Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), onde demonstram:

- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); e
- Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

### NOTA 12 – RECEITAS DE LOCAÇÃO DE BENS

Em 01 de março de 2019, iniciou-se o contrato de arrendamento do imóvel do Hospital; tendo como parte relacionada a empresa CSV, integrante do grupo econômico da RDSL.



O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com término previsto em 28 de fevereiro de 2034.

No exercício de 2020, a Entidade auferiu o montante de R\$ 4.363.684, referente às receitas decorrentes deste contrato de locação.

#### NOTA 13 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ajuste ao valor justo - Hospital	1.608.883	13.276.239
Ajuste ao valor justo - Demais Imóveis	21.133	(192.592)
<b>Total</b>	<b>1.630.016</b>	<b>13.083.647</b>

#### NOTA 14 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

#### NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil.

Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo; e
- Contas a pagar – estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

#### NOTA 16 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.




## NOTA 17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### 17.1) Dissídio coletivo

Em março de 2021, prescreveu o prazo para solicitação de pagamento do dissídio coletivo por parte dos funcionários administrativos do Hospital à época da gestão da Entidade. Conforme orientação dos advogados, a partir desta data, a chance de decisão judicial pelo pagamento total de R\$ 1.176.883 ou parcial deste valor é muito baixa, considerando a jurisprudência existente e o entendimento jurídico-trabalhista em vigência.

### 17.2) Atualização Processual do CEBAS

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a Entidade aguarda o resultado da participação da sociedade civil no processo de “consulta pública” na renovação/concessão do CEBAS (art. 26º da Lei 12.101/2009).

A Lei nº 12.101, de 27.11.2009, que dispõe sobre a certificação das entidades, prevê em seu art. 26º que:

*“Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a participação da sociedade civil, na forma definida em regulamento, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação da decisão.”*

Esta etapa do processo visa obter a manifestação da sociedade de civil com o objetivo de auxiliar o Ministro de Estado – responsável pela apreciação – na análise do recurso apresentado pela Entidade contra o indeferimento do CEBAS.

Na ocasião, autoridades, empresários e personalidades brasileiras se manifestaram a favor do recurso apresentado pela Entidade, incluindo ofício parlamentar encaminhado ao gabinete do Sr. Ministro da Saúde pelo Deputado Federal Luiz Lima. Por esta ampla adesão e livre manifestação, a Administração da Entidade acredita que há uma chance considerável de que o recurso apresentado seja acolhido e o CEBAS renovado.

\*\*\*



Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68



Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72



Ana Cristina de Jesus  
Contadora  
CRC-RJ 127.948/O-0